



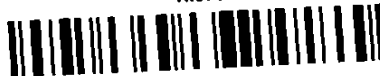
Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

JUCEMG

UD06 - MF MONTES CLAROS

Ato: 002 - 31/10/2016 09:10



16/634.363-3

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31209749607

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do A Auxiliador do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **RODRIGO E EDNA TOSTES AR-CONDICIONADO LTDA - ME**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

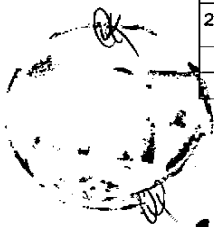
Nº FCN/REMP



J163384702674

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO
VIAS DO ATO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002	-	-	ALTERAÇÃO
		2244	1	ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2211	1	ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICÍPIO



MONTES CLAROS
Local

18 Outubro 2016
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **EDNA MARIA SOUZA TOSTES**

Assinatura: *Edna Maria S. Tostes*

Telefone de Contato: **31 3225 7008**

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO

____/____/____

Data

Responsável

☐ NÃO

____/____/____

Data

Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

16/11/16

Data

Kênio Neto Santos Machado
MASP 1124101-5

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho)

☐ Processo deferido. Publique-se e arq.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

____/____/____
Data

RODRIGO E EDNA TOSTES AR-CONDICIONADO LTDA - ME

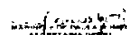
Protocolo: **16/634.363-3**

Presidente da _____ Turma

Vogal



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 6120331
EM 16/11/2016

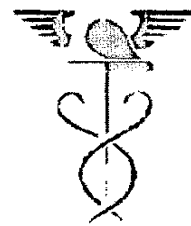


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6120331 em 16/11/2016 da Empresa RODRIGO E EDNA TOSTES AR-CONDICIONADO LTDA - ME, Nire 31209749607 e protocolo 166343633 - 31/10/2016. Autenticação: CFF46094C1CB252E35A6DB7D44D6F67ACEE1354. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/634.363-3 e o código de segurança oXKk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JC CONTABILIDADE E ASSOCIADOS LTDA
Rua Ari Colen, 498 - Montes Claros - MG
Telefax (38) 3222-7008



RODRIGO E EDNA TOSTES AR CONDICIONADO LTDA-ME
CNPJ: 17.505.477/0001-21
NIRE 3120974960-7 DE 30/01/2013

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LTDA

MOTIVO: 1. ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO
2. ALTERAÇÃO DO OBJETO
3. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

RODRIGO SOUZA TOSTES, brasileiro, solteiro, nascido em 28/01/1993, empresário, portador da Carteira de Identidade MG 17.804.528, SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 125.699.466-99, residente e domiciliado na cidade de Montes Claros - MG, à rua Amazonas, 28, Bairro Roxo verde, CEP 39.400.534 e **EDNA MARIA SOUZA TOSTES** brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Carteira de Identidade MG 13.649.947 SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 357.788.811-34, residente e domiciliado nesta cidade de Montes Claros - MG, à rua Amazonas, 28, Bairro Roxo verde, CEP 39.400.534 únicos sócios de sociedade empresária Ltda, denominada **RODRIGO E EDNA TOSTES AR CONDICIONADO LTDA-ME** com registro na Jucemg sob o nº 3120974960-7 de 30/01/2013 e CNPJ 17.505.477/0001-21 resolvem, em pleno gozo de seus direitos civis, de comum acordo promoverem a terceira alteração contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULAS DAS ALTERAÇÕES

1. **ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO** - O endereço da sociedade que era na rua Amazonas, nº 28 A- Bairro Roxo Verde na Cidade de Montes Claros - MG CEP 39.400-534, passa para a rua Amazonas, nº 28, Bairro Roxo Verde na Cidade de Montes Claros - MG CEP 39.400-534.
2. **ALTERAÇÃO DO OBJETO** - O objeto da empresa passa a ser Manutenção de Máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para o uso industrial e comercial.
3. **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Em decorrência da alteração acima, o contrato social primitivo passará a vigorar de acordo com a cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade adota o nome empresarial de **RODRIGO E EDNA TOSTES AR CONDICIONADO LTDA-ME**, tem sede e domicílio à Rua Amazonas, nº 28, Bairro Roxo Verde na Cidade de Montes Claros - MG CEP 39.400-534.



CLÁUSULA SEGUNDA : O objeto social é Manutenção de Máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para o uso industrial e comercial..

CLAUSULA TERCEIRA : A sociedade teve início de suas atividades em 24/01/2013 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUARTA: Capital Social é R\$ 40.000,00(quarenta mil reais), dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizados em moeda corrente nacional e distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	Valor (R\$)	%
RODRIGO SOUZA TOSTES	30.000	30.000,00	75
EDNA MARIA SOUZA TOSTES	10.000	10.000,00	25
TOTAL	40.000	40.000,00	100%

CLAUSULA QUINTA : As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio (s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando,se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA SEXTA: – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade cabe a administradora/sócia EDNA MARIA SOUZA TOSTES, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLAUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

CLAUSULA NONA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLAUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo



possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade somente se dissolverá pela vontade comum dos sócios que representam a totalidade do capital social, ou por decisão judicial.

Parágrafo Único: Na hipótese de dissolução amigável, os sócios, de comum acordo, escolherão qual deles responderá pela liquidação da sociedade e pela guarda dos livros e documentos pelo prazo legal.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: Por decisão da maioria absoluta dos sócios, formalizada em alteração contratual, poderá ser excluído do quadro societário, por justa causa, o sócio que esteja pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, ocasião em que serão apurados e liquidados os valores de seus haveres.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA: Os casos omissos neste contrato serão resolvidos em conformidade com os preceitos do Código Civil brasileiro e de outros dispositivos legais que lhes seja aplicáveis.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica vedado aos sócios, ou (a) procurador por eles constituído, obrigar a sociedade em operações estranhas a seu objeto social.

Parágrafo Primeiro – Nos atos de aquisição, alienação e oneração de bens, a assinatura será efetuada em conjunto com todos os sócios, exceto na movimentação bancária da sociedade em instituições financeiras, que serão efetuadas pelos sócios em conjunto ou separadamente.

Parágrafo Segundo: Os sócios declaram não haver interesse por parte deles em efetuarem retiradas mensais a título de pró-labore para remunerar a gerência, optando-se pela distribuição de lucros entre si, conforme as respectivas participações societárias. Podendo, no entanto, fixá-la a qualquer tempo, observando-se os limites legais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro de Montes Claros para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

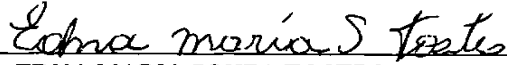


✓

E assim, por estarem justos e contratados, obrigam-se livremente a cumprir o presente instrumento, lavrado de forma e teor para o mesmo fim, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

Montes Claros, 18 de Outubro de 2016.


RODRIGO SOUZA TOSTES


EDNA MARIA SOUZA TOSTES

